UGT Global

Boletim de Informações Sindicais Ano 9 Nº 195 15 de Outubro de 2016

Leia neste número:

O falso deficit previdenciário 01

Ministro da Defesa visita sede da UGT 02

Emprego e Desenvolvimento em Pauta 02

A Luta dos Trabalhadores em Fast-food 03

UGT participa do 2º Congresso IndustriALL 03

25º Congresso Sindical Comerciário 04

Combate à Violência Contra a Mulher 04

Caminhada Outubro Rosa 04

Brasil é paraíso para super-ricos 04

UGT em defesa dos Trabalhadores

O falso déficit previdenciário

Ricardo Patah, presidente nacional da UGT - União Geral dos Trabalhadores

O Brasil precisa fazer uma reforma previdenciária, é claro. Estamos de acordo. Mas a nossa prioridade não é a mesma dos ministros do presidente Michel Temer. Eles anunciam, com certo ar de provocação, que o sistema só se salvará com a implantação de uma idade mínima de aposentadoria de 65 anos.

Nós defendemos que o único caminho viável é o governo apresentar um orçamento de seguridade social, como determina a Constituição de 1988. E ser transparente, o que é sempre imprescindível.

Que fique bem claro, os trabalhadores não são responsáveis pelos desacertos da Previdência Social. Não podem pagar a conta, portanto, como quer o governo.

Se a idade mínima for implantada, isso significará, por exemplo, que no Estado de Alagoas, em que a média de vida é de 66,8, a maior parte das pessoas não vai se aposentar. Terá que morrer trabalhando. Situação quase idêntica, com algumas pequenas diferenças, pode também ocorrer no Maranhão (67,6), no Piauí (68,9) e na Paraíba (69).

É importante destacar que a inserção no mercado do trabalho na França, por exemplo, começa em média aos 24,5 anos -depois, portanto, de concluída a faculdade e escolhida a profissão. Aqui no Brasil, um país pobre e de grande desigualdade social, as pessoas já trabalham desde os 16 anos, muito cedo e sem tempo para estudar.

Todo mundo sabe que somos um país muito mal administrado. A Previdência Social é uma prova disso. Dizem que é deficitária, mas não é verdade. Os números da seguridade social são positivos. Acumularam, de 2007 até 2015, um saldo de R$ 439,503 bilhões.E seriam ainda maiores, é bom que se diga, se fossem consideradas as desonerações e renúncias fiscais que, no mesmo período, chegaram a R$ 735,920 bilhões. A coisa não para por aí: a Receita Federal projeta, para este ano, R$ 143,182 bilhões de desonerações do orçamento da seguridade social. É dinheiro que não entrará nos cofres da Previdência.

A Constituição de 1988 determina que a receita e as despesas da seguridade social devem formar um orçamento próprio, separado, portanto, do orçamento fiscal do governo. Como a lei não é obedecida, embaralha-se tudo. Fica fácil montar uma gigantesca farsa contábil.

Segundo se divulga, o déficit da Previdência é crescente há mais de 20 anos. Ano passado, estaria em R$ 85 bilhões. Atingiria, agora em 2016, algo próximo a R$ 150 bilhões.Pois bem, só com a dívida que a Previdência tem a receber, R$ 236 bilhões, já seria possível cobrir o rombo. Outro grande ralo é a falta de fiscalização para aperfeiçoar a gestão, além do controle dos bens da Previdência, como imóveis e outros tipos de propriedades.

Uma das principais ações para sanar as contas da seguridade social, e as do próprio governo, seria a criação de dois fundos: o do Regime Geral da Previdência Social e o do Conselho de Gestão Fiscal, com a participação de trabalhadores e empresários.

Não resta dúvida de que as mudanças demográficas precisam ser acompanhadas com muito cuidado. Essa janela, segundo estudos que temos em mãos, só começa a se fechar, no Brasil, entre 2025 e 2030. A nossa população de idosos, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), é da ordem de 13%. Nos países mais desenvolvidos, esse percentual chega a 30%.

Portanto, ainda não é a transição demográfica que está criando o atual déficit da Previdência. Antes de estabelecermos uma idade mínima, temos que melhorar o sistema de gestão previdenciário. *(Folha de São Paulo, 06.10.2016)*

Compromisso da UGT para saída da Crise

Ministro da Defesa visita sede da UGT

Jungmann diz que Governo está de portas abertas para dialogar com a Central

Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), recebeu, na manhã desta sexta-feira (07), a visita do ministro da Defesa Raul Jungmann. O encontro aconteceu na sede da Central, em São Paulo, e reuniu dirigentes ugetistas e sindicalistas de diversas categorias.

Patah ressaltou que a Central cresceu muito desde a sua fundação, em 2007, atingindo, em menos de uma década, o segundo lugar entre as centrais sindicais brasileiras.

"A UGT chegou onde está justamente por conta da nossa capacidade de dialogar com o governo, seja ele A ou B, e tentar contribuir com ideias e propostas, pois nós queremos o que o governo quer: um País com crescimento e justiça social", disse Ricardo.

Diante disso, Patah propôs um estreitamento nos laços entre a UGT e o Governo Federal, visando aumentar o diálogo com representantes da classe trabalhadora. "Não estamos aqui para falar somente 'não'. Queremos ser ouvidos porque temos propostas e acreditamos ser inaceitável o País conviver com 12 milhões de desempregados."

O ministro Jungmann destacou que a UGT é uma central diferenciada, porque, por ser plural, a entidade consegue ser fiel à classe trabalhadora, tendo a capacidade de mudar e se adaptar para ter trânsito livre e conversar com qualquer governo. "Esta é uma Central que eu admiro, por ter a coragem de mudar, porque o mundo está mudando. É imprescindível que haja soberanamente e criticamente este diálogo com a UGT."

"Politicamente e economicamente, esse diálogo é importante. Diante das propostas que aí estão, ainda abertas e no processo de debate, a UGT é uma entidade importantíssima", disse o ministro Jungmann.

O encontro contou com a presença do presidente da UGT-SC, Waldemar Schulz Júnior (Mazinho); Gilberto Almeida dos Santos (Gil), presidente do Sindicato dos Motoboys; Francisco Xavier (Chiquinho), diretor do Sindicato dos Motoristas e Condutores; Marinaldo Medeiros, do Sindicato dos Comerciários de São Paulo; e dos diretores ugetistas Marco Afonso de Oliveira, Francisco Pereira, José Roberto de Araújo Cunha e Wagner José de Souza, respectivamente, secretários de Imprensa, de Organização e Políticas Sindicais, para Assuntos Econômicos e primeiro adjunto de Relações Internacionais. *(Fábio Ramalho – Imprensa UGT)*

Emprego e Desenvolvimento em Pauta

Fórum de Desenvolvimento Produtivo foca ações no crescimento econômico e emprego

A participação do Ministério do Trabalho como membro efetivo do Fórum Nacional de Desenvolvimento Produtivo foi uma das principais deliberações da reunião ordinária do organismo, realizada em 04/10, no Palácio do Planalto. A proposta foi apresentada por **Miguel Salaberry Filho, secretário nacional de Relações Institucionais da UGT**, integrante da Bancada dos Trabalhadores, que também é composta por representantes das centrais sindicais e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE).

O encontro também definiu que o Fórum trabalhará cada tema visando a construção de soluções e que a seleção dos itens levará em conta critérios que considerem o alto impacto sobre o crescimento econômico e o emprego; a convergência de visões e a possibilidade de construir propostas compartilhadas, além do baixo custo fiscal.

A Bancada dos Trabalhadores também expediu os seguintes encaminhamentos:

1.Cada Central deve indicar seus representantes nos Grupos de Trabalho dos três temas acima indicados.

2.DIEESE elaborará uma proposição de problemas e propostas para cada GT a partir dos documentos produzidos pelas Centrais Sindicais

3.Será convocada uma conversa sobre Leniência para a próxima semana.

4. O organismo conversará com entidades do Compromisso pelo Desenvolvimento para ver como participam.

A Luta dos Trabalhadores em Fast-food

UGT e PGT discutem métodos de luta contra jornada móvel variável

O **secretário de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Miguel Salaberry Filho**, representou a Central em audiência, junto ao procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, nas dependências da Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT), em Brasília, com a finalidade de discutir medidas para a internacionalização da luta pela melhoria das condições de trabalho dos empregados nas empresas de fast food.

A reunião respondeu a pedido da UGT e seguiu como referência o acordo judicial do Ministério Público do Trabalho (MPT) com a Arcos Dourados, maior franqueada do McDonald's no mundo, que obrigou a empresa a pôr fim à prática da jornada móvel variável nas lojas da rede.

A intenção da UGT é fazer com que o fim da jornada móvel variável seja discutido no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A central pretende apresentar documento sobre a questão e recorreu ao MPT, uma vez que já conta com a participação do SEIU, que é um sindicato norte-americano que representa os trabalhadores do setor de serviços. Na ocasião, Virgínia Coughlin e Heloísa Reinert, do SEIU, participaram da reunião na PGT.

Em documento, o MPT demonstra que o sistema, adotado por diversas empresas do setor, viola diversas convenções da OIT. O procurador Leonardo Osório Mendonça é autor da ação civil pública que originou o acordo judicial no Brasil contra a jornada móvel, firmado em 2013. Em razão da relevância do tema, o procurador-geral declarou a importância da representatividade da denúncia, a partir da atuação das entidades sindicais, "embora a OIT esteja impelida de dar andamento à discussão", disse Mendonça.

No tocante à fiscalização do acordo judicial, um grupo de trabalho formado por cinco procuradores e uma perita está analisando eletronicamente cerca de 200 mil documentos relativos às jornadas de trabalho dos 40 mil funcionários da Arcos Dourados durante cinco meses de 2015.

UGT DENUNCIOU GRÊMIO À OIT

Oportunamente, Salaberry informou ao procurador-geral sobre o encaminhamento que o Sindicato dos Empregados em Clubes e Federações Esportivas do Rio Grande do Sul (SECEFERGS), entidade por ele presidida, sobre o processo em que a entidade DENÚNCIA o Grêmio FBPA de prática anti-sindical, oferecendo ao titular da PGR informações a respeito do trâmite com a OIT.

Dois dias após a reunião com a PGT, o sindicalista comemorava sentença expedida pela Juíza Valdete Souto Severo, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), de 30/09, em que foi anulada a demissão imotivada dos dirigentes sindicais, por considerar conduta anti-sindical.

UGT participa do 2º Congresso IndustriALL Global Union

A União Geral dos Trabalhadores (UGT), representada por Cássia Bufelli e Josi Camargo Souza, do Sindicato dos Trabalhadores(as) das Indústrias de Confecções e Bordado de Ibitinga e Região (Sintracobi), participou do **2º Congresso do IndustriALL Global Union**, no Rio de Janeiro, de 3 a 7 de outubro.

O evento reúne mais de 101 países representados por delegações sindicais que estão discutindo temas importantes como o fim ao trabalho precário, defesa dos direitos trabalhistas, empregos sustentáveis industriais e construção de sindicatos mais fortes.

Segundo Cássia, o movimento sindical brasileiro está vivendo um período extremamente adverso, tendo de enfrentar um congresso majoritariamente conservador e que, a todo custo, busca tirar direitos conquistados pela população. "Basta estudar o relatório do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), que apontou 55 projetos tramitando na Câmara ou no Senado que tiram direitos sociais e trabalhistas."

Josi salientou que, neste momento, a palavra-chave é a união entre os sindicatos e as centrais sindicais, pois só assim será possível continuar lutando por uma sociedade mais justa e igualitária. *(Fábio Ramalho – Imprensa UGT)*

25º Congresso reforça e amplia luta comerciária

Tributação e distribuição da renda no Brasil

25º Congresso Sindical Comerciário

Plenária aprova por unanimidade as deliberações do 25º Congresso Comerciário

Márcia Caldas, coordenadora executiva do **25º Congresso Sindical Comerciário**, ao lado do **presidente da Fecomerciários, Luiz Carlos Motta**, coordenador geral, submeteu à plenária as deliberações do 25º Congresso Sindical Comerciário do Estado de São Paulo. Foram aprovadas por unanimidade pelos congressistas. Confira:

Deliberações do 25º Congresso Sindical Comerciário do Estado de São Paulo

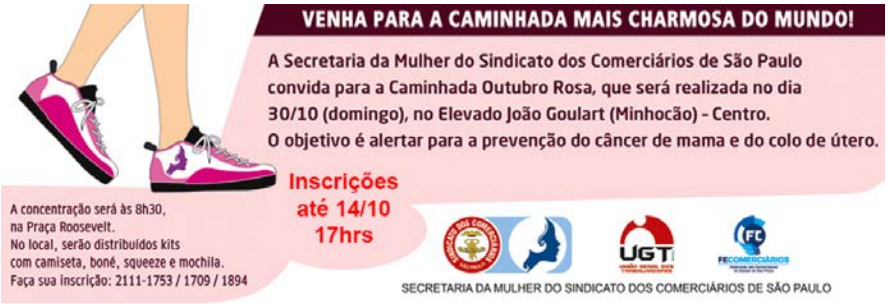
Combate à Violência Contra a Mulher

SINPOSPETRO – Campinas/SP implantará Núcleo Sindical de Combate à Violência Contra a Mulher

A implantação do "Núcleo Sindical de apoio à Mulher Vítima da Violência e à Igualdade de Gênero", ideia encabeçada pelo **Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Combustíveis e Lojas de Conveniência de Campinas e região** (Sinpospetro-Campinas/SP), entidade filiada a União Geral dos Trabalhadores (UGT), foi debatida na última sexta-feira (7), na sede do sindicato.

A reunião foi mediada por Francisco Soares de Souza, presidente da Federação Nacional dos Frentistas (Fenepospetro), e da entidade de Campinas/SP, cuja base de aproximadamente cinco mil trabalhadores e congrega contingente de quase duas mil representantes do gênero feminino.

Comerciários de SP realizam Caminhada Outubro Rosa



Brasil é paraíso para super-ricos, diz estudo da ONU

Os brasileiros super-ricos pagam menos imposto, na proporção da sua renda, que um cidadão típico de classe média alta é uma das conclusões de artigo publicado em dezembro pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

De acordo com o levantamento, esses brasileiros pagam menos imposto, na proporção de sua renda, que um cidadão de classe média alta. Isso porque cerca de dois terços da renda dos super-ricos está isenta de qualquer incidência tributária, devido à isenção de lucros e dividendos distribuídos pelas empresas a seus sócios e acionistas. Dos 71 mil brasileiros super-ricos, cerca de 50 mil receberam dividendos em 2013 e não pagaram qualquer imposto por eles.

Acesse o artigo resumido clicando aqui.

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.
A **UGT** é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.
Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP
Jornalista Responsável: Mauro Ramos